

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 704.454 - GO (2015/0076322-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO CR2 S/A
ADVOGADO : RODRIGO DE OLIVEIRA CALDAS E OUTRO(S) - GO016650
AGRAVADO : COMERCIAL GRAO DOURADO LTDA
AGRAVADO : GRÃO DOURADO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
AGRAVADO : GRAO DOURADO TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - ME
AGRAVADO : AUTO POSTO GRÃO DOURADO LTDA
AGRAVADO : DELTA ALIMENTOS DISTRIBUIDORA DE CARNES E DERIVADOS LTDA - ME
ADVOGADO : REGINALDO ARÉDIO FERREIRA FILHO E OUTRO(S) - GO011295

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECURSO PREMATURO. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO JUÍZO DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REITERAÇÃO POSTERIOR.

É extemporâneo, se não houver ratificação posterior, o Agravo de Instrumento interposto antes do julgamento, no juízo de origem, dos Embargos de Declaração opostos por quaisquer dos credores habilitados, pelas sociedades recuperandas, pelo administrador judicial ou pelo Ministério Público, porquanto o prazo para recorrer só começa a fluir após a publicação da decisão que julga os aclaratórios, nos termos do artigo 538, caput, do Código de Processo Civil, ocasião em que se exaure a instância originária.

AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 535 e 538 do revogado Código de Processo Civil, sob o argumento de que o acórdão local é omissivo e contraditório e que não havia necessidade de ratificação dos embargos de declaração diante da ausência de modificação da decisão embargada.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Superior Tribunal de Justiça

O Tribunal local não conheceu, por prematuridade, o agravo de instrumento porque não ratificados após o julgamento dos embargos de declaração opostos à decisão agravada.

Esta Corte Superior, todavia, modificou seu entendimento para tornar dispensável a ratificação do recurso interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, salvo se modificada a decisão embargada.

O recorrente, todavia, afirma que não houve alteração do julgado na parte recorrida por agravo de instrumento, daí por que não seria necessária a ratificação do recurso.

Não é, entretanto, isso que se colhe dos autos.

O agravo de instrumento pediu expressamente que fosse "conhecido e provido o recurso para, reconhecendo que todos os credores listados em ata, rejeitaram o plano de recuperação, bem como os inúmeros vícios insanáveis verificados na realização da assembleia e em sua documentação, declarar releitado o plano, com a convolação da recuperação judicial em falência.

Caso assim não se entenda, o que se admite apenas para argumentar, seja provido o recurso para declarar a nulidade do item 8.10 da versão original do plano de recuperação judicial, bem como os itens 6.10 e 6.12 das versões modificadas, a fim de que o agravante prossiga na cobrança de todo o débito contra os coobrigados, que não integram o polo ativo da ação, não podendo, portanto, ser beneficiados pelas deliberações assembleares" (e-STJ, fls. 13/14).

O acolhimento dos embargos de declaração não só estendeu a recuperação judicial a outras empresas como afastou determinada cláusula do plano, segundo consta no acórdão recorrido.

Leia-se o excerto:

"[...] Ante o exposto, CONHEÇO dos embargos opostos porque tempestivos e JULGO-OS PROCEDENTES para reconhecer as omissões apontadas e acrescentar a fundamentação acima exposta, bem como para acrescentar à parte dispositiva o seguinte parágrafo:

Ante o exposto, com fundamento no artigo 58, §§ 1º e 2º da Lei nº 11.101/2005, CONCEDO a recuperação judicial às

empresas GRÃO DOURADO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., COMERCIAL GRÃO DOURADO LTDA., GRÃO DOURADO TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA., AUTO POSTO GRÃO DOURADO LTDA. e DELTA ALIMENTOS DISTRIBUIÇÃO DE CARNES E DERIVADOS LTDA., aprovando o plano de recuperação judicial apresentado, com a exclusão da cláusula que prevê a convocação de Assembléia em caso de descumprimento do plano, por ser ilegal, bem como a retirada das projeções de fluxo de caixa da referência a receitas oriundas do Contrato de Arrendamento de Áreas Rurais, Anexo 1 do Plano, letra 'c' do item II, e a ressalva de que a criação da empresa X-Agro fica condicionada à adesão de, no mínimo, 50% dos credores, considerando o critério 'valor', destacando-se o seu cumprimento nos termos dos artigos 59 a 61 da mesma lei.

Declaro a inaplicabilidade ao Banco do Brasil S/A da cláusula 5.3.3 do plano de recuperação judicial, na parte que prevê a adesão tácita do credor à forma de pagamento prevista na opção 01, caso este não faça a escolha no prazo estipulado" (e-STJ, fls. 565/566).

Torna-se, assim, necessária a confirmação do recurso interposto prematuramente quando a decisão recorrida é modificação por força dos embargos de declaração opostos em ponto substancial.

Para exame:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RATIFICAÇÃO DA APELAÇÃO ANTERIORMENTE INTERPOSTA. NECESSIDADE. EXISTÊNCIA DE ALTERAÇÃO DA CONCLUSÃO DO JULGADO ANTERIOR. SÚMULA 579/STJ. INAPLICABILIDADE AO CASO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.129.215/DF, de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, em sessão realizada no dia 16/09/2015, seguindo entendimento do Supremo Tribunal Federal, conferiu nova interpretação ao enunciado da Súmula 418/STJ, no sentido de que somente haverá necessidade de ratificação do recurso interposto na pendência dos embargos de

Superior Tribunal de Justiça

declaração quando houver alteração na conclusão do julgamento anterior.

2. Referido entendimento ficou cristalizado na Súmula 579/STJ com o seguinte enunciado: "Não é necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, quando inalterado o resultado anterior."

3. No caso, todavia, o acolhimento parcial dos embargos declaratórios com efeito integrativo da decisão embargada impede a aplicação da Súmula 579/STJ. Precedentes.

4. As razões apresentadas pela parte embargante não evidenciaram a existência de nenhum dos vícios previstos no art. 535 do CPC/73, ao revés, todas as questões foram analisadas e decididas, ainda que contrariamente à pretensão da embargante, o que, por si só, inviabiliza o acolhimento dos declaratórios.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp 402.932/CE, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 2/10/2017)

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora